

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA E A NOVA (DES)ORDEM NO RURAL MOÇAMBICANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROSAVANA

Lucas Atanásio Catsossa¹

RESUMO

O presente artigo procura discutir os desdobramentos sócio-territoriais do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Em termos metodológicos, além de ser um estudo de caráter empírico e qualitativo, de ter sido suportado por uma revisão de literatura, a sua elaboração contou com a realização de entrevistas semi-estruturadas e foram aplicadas a vários atores sociais, entre eles, camponeses locais, ligas camponesas, Campanha Não ao ProSAVANA, executores do ProSAVANA, acadêmicos e movimentos sociais moçambicanos e brasileiros. Da análise feita, compreende-se que o ProSAVANA é um programa que visa a acumulação ampliada do capital à escala global a partir do Corredor de Nacala, usando os territórios comunitários e sua gente no processo de produção de *commodities*. É também uma ameaça ao modo camponês de produção que predomina nesta região e com ele, a soberania alimentar dos povos locais, e conseqüentemente, a segurança alimentar e nutricional. A expropriação de terras e expulsão dos camponeses dos seus territórios é inevitável por onde o agronegócio se implanta, por isso, com o ProSAVANA o cenário não será tão diferente do que aconteceu no cerrado brasileiro quando foi implementado com o nome de PRODECER. A destruição da biodiversidade é também inevitável, por isso, considera-se o ProSAVANA como sendo um programa nocivo ao meio ambiente e a sua implementação efetiva pode trazer desequilíbrios ecológicos irreversíveis ao longo do Corredor de Nacala. As lutas e resistências camponesas e dos movimentos sociais contra implementação efetiva do ProSAVANA são legítimas, olhando para o caráter perverso do agronegócio por onde se implanta.

Palavras-chave: ProSAVANA. PRODECER. Agronegócio. Agricultura camponesa. Corredor de Nacala.

ABSTRACT

This article seeks to discuss the socio-territorial unfolding of ProSAVANA in the Nacala Corridor. In methodological terms, in addition to being an empirical and qualitative study, having been supported by a literature review, its elaboration counted on semi-structured interviews and were applied to several social actors, among them, local peasants, peasant leagues, Campaign No to ProSAVANA, ProSAVANA executors, academics, and, Mozambican and Brazilian social movements. From the analysis made, it is understood that ProSAVANA is a program aimed at the increased accumulation of capital on a global scale from the Nacala Corridor, using the communitarian territories and their people in the process of producing commodities. It is also a

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, MS-Brasil). Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD, MS-Brasil). Colaborador no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA/FCH/UFGD). Bolsista da CAPES. E-mail: lucascatsossauem@gmail.com

threat to the peasant mode of production that prevails in this region and with it, the food sovereignty of local people, and consequently, food security and nutritional. The expropriation of land and expulsion of peasants from their territories is inevitable where agribusiness is implemented, that is why, and with the ProSAVANA the scenario will not be so different from what happened in the Brazilian biome when it was implemented with a PRODECER name. The destruction of biodiversity is also inevitable, therefore, ProSAVANA is considered to be a program which is harmful to the environment and its effective implementation can bring irreversible ecological imbalances along the Nacala Corridor. The fights and resistance peasants and social movements against effective implementation of ProSAVANA are legitimate, looking at the perverse character of agribusiness where it is implemented.

Keywords: ProSAVANA. PRODECER. Agribusiness. Peasant agricultural. Nacala Corridor.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o espaço agrário moçambicano tem demonstrado sinais de profundas transformações sócio-espaciais em virtude da entrada massiva de agroestratégias –, ou simplesmente, iniciativas viradas ao agronegócio. O interesse da entrada destas iniciativas no campo moçambicano passa necessariamente por produzir *commodities* agrícolas exportáveis para alimentar o mercado global. Já que a sua entrada tem significado a ocupação de grandes extensões de terras, às vezes usadas pelas comunidades locais, tem demandado a emergência de conflitos sociais e a terra tem sido o principal catalizador. Na atual conjuntura caracterizada pela mundialização da agricultura capitalista e, sobretudo, pelo deslocamento de fronteiras agrícolas implementados antes em outras nações, o governo moçambicano em nome do Estado tem feito várias concessões de terras em benefício do grande capital, sendo que em muitos casos, tem sido em terras (e/ou em territórios) comunitárias. Essas iniciativas entram em Moçambique às vezes, em esquemas pouco conhecidas com o *aval* incondicional (do[s] governo[s] em representação) do Estado moçambicano, sem nenhum debate público e muito menos a realização de consultas comunitárias prévias como proclama a legislação de terras – Lei nº. 19/97.

A expectativa do(s) governo(s) moçambicano(s) tem sido a de ter fácil acesso ao investimento e tecnologias por forma a avançar com a modernização agrícola e por via disto, elevar a produção e produtividade agrícola do país. Este cenário tem contribuído apenas para a concentração de terras nas mãos das grandes corporações agrícolas em detrimento daqueles (neste caso os camponeses) que a têm como seu único meio de sobrevivência. Expropriados, os povos nativos têm estado a reivindicar as suas terras, mas nem sempre conseguem reavê-las e isto se deve

por causa da convivência do Estado ao grande capital, uma vez que ele fica alheio ao sofrimento do povo no lugar de repor a ordem. As associações de camponeses e organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social no campo moçambicano, além de criticar a atitude do Estado de concessionar terras comunitárias e entrega-las ao grande capital, têm estado também a travar batalhas contra a territorialização do capital em territórios comunitários. É neste contexto da monopolização territorial pelo capital monopolista na agricultura moçambicana que se insere o ProSAVANA. Este artigo objetiva analisar a geografia do Corredor de Nacala em caso da implementação efetiva do ProSAVANA, tendo em conta que já foi implementada a primeira fase, tendo resultado em conflitos sociais de várias ordens.

COOPERAÇÃO BRASIL-MOÇAMBIQUE: A BASE PARA A COMPREENSÃO DO PROSAVANA

Antes de avançar com um olhar mais aprofundado sobre o processo de territorialização deste programa, é importante revisitar as relações de cooperação entre Moçambique e Brasil. A 25 de Junho de 1975, era proclamada a independência de Moçambique, depois de 10 anos (1964-1974) de uma guerra sangrenta travada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) sob liderança de Samora Machel contra a dominação colonial portuguesa. As relações de cooperação entre os dois países, datam desde a década de 1970, isto é, logo após a proclamação da independência de Moçambique em 1975. Inicialmente, a presença brasileira em Moçambique foi caracterizada por uma ligeira timidez, olhando para a quantidade de investimento alocado (CHICHAVA & DÚRAN, 2013). Contudo, as relações de cooperação Brasil-Moçambique começam a ganhar dinamismo na primeira década do século XXI, sobretudo, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003 por via do Partido dos Trabalhadores (PT). É através do governo Lula (2003-2010) que a África e Moçambique, em particular, começam a notabilizar-se naquilo que era as ações do Brasil em termos de investimentos.

A eleição de Dilma Rousseff em 2011 deu continuidade à política externa iniciada pelo seu antecessor em relação ao continente africano e Moçambique, em particular. As viagens feitas pelos antigos presidentes do Brasil, Lula e Dilma Rousseff, respectivamente, são, portanto, a prova inequívoca do interesse do Brasil pela África e Moçambique, em particular. Importa realçar que, as relações de cooperação entre Brasil e o continente africano e Moçambique, em particular,

voltaram a esfriar novamente com a chegada ao poder de Michael Temer via golpe parlamentar, após derrubar Dilma Rousseff por meio do *Impeachment* em Agosto de 2016, no âmbito das chamadas pedaladas fiscais, transformadas no crime de responsabilidade social. No entanto, de 2016 até 2017, as viagens presidenciais não aconteceram como era durante os governos “petistas” (de Lula [2003-2010] e de Dilma Rousseff [2011-2016], respectivamente), e isto, dever de ter havido uma mudança em termos geopolíticos, sobretudo, na forma como Política Externa Brasileira passou a ser executada pelo governo Temer, por direcioná-la para os países ricos, entre eles, os EUA, alguns países europeus, etc.

TABELA 1. Visitas de altos dignitários brasileiros e moçambicanos

Anos	Visitas de altos dignitários brasileiros a Moçambique	Visitas de altos dignitários moçambicanos ao Brasil
2003	Luís Inácio Lula da Silva (Presidente)	
2004		Joaquim Alberto Chissano (Presidente)
2007		Armando Emílio Guebuza (Presidente)
2008	Luís Inácio Lula da Silva (Presidente)	
2009		Armando Emílio Guebuza (Presidente)
2010	Luís Inácio Lula da Silva (Presidente)	
2011	Dilma Rousseff (Presidente)	
2012	Michael Temer (Vice-Presidente)	Aires Ali (Primeiro-Ministro)
2015	Mauro Vieira (Ministro das Relações Exteriores)	
2017	Aloysio Nunes Ferreira (Ministro das relações Exteriores)	

Fonte: Chichava (2017). **Org.** CATSOSSA, L. A

Como se pode ver na tabela 1, após o *golpe* perpetrado pela “turma” de Michel Temer e deste que este chegou ao poder, as autoridades brasileiras visitaram Moçambique uma vez e isso aconteceu em 2017. A cooperação com Moçambique, seria guiada pela solidariedade entre os povos, deixando bem claro que não havia interesses que desembocariam na retirada de dividendo, sobretudo, na contraparte brasileira. Através do governo Lula, o Brasil reconhece (pela primeira vez) que havia uma “dívida histórica” por pagar aos países (e aos povos) africanos e de Moçambique, em particular. De fato, as primeiras ações do governo Lula mostravam sinais de uma aparente solidariedade para com Moçambique e o seu povo. A fábrica de produção de antirretrovirais (medicamento para atenuar/combater o HIV/SIDA), a incorporação de Moçambique no programa de cooperação educacional – PEC-PG (Programa de Convênio de

Estudante de Pós-Graduação) para estudantes moçambicanos frequentarem mestrados e doutorados, foram alguns dos sinais da aparente solidariedade do governo Lula. Com a entrada do governo Dilma Rousseff, essas políticas continuaram, mas acabaram por ser ameaçado com a entrada de o governo Temer, pois os cortes aos investimentos continuam sendo feitas e Moçambique é um dos países mais afetados.

Em pouco tempo, o Brasil revelou a sua verdadeira fase não apenas em Moçambique, mas também em quase todo o continente africano. A realidade mostrou que o Brasil a partir de África e de Moçambique em particular, queria transformar-se num ator na geopolítica internacional tal como acontece com os países do hemisfério norte. No entanto, era uma disputa pelo controlo da África e dos recursos naturais e o preço desta aparente ascensão para o Brasil via BRICS, teve preço alto, sendo que mais tarde, contribuiu para a queda no poder da presidente Dilma Rousseff. Em Moçambique, vários grupos geoeconômicos brasileiros se implantaram e pode-se destacar a mineradora Vale, a Correia Camargo, a Odebrecht, a Fio-Cruz, a Eletrobrás, a Petrobras, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). A EMBRAER (Empresa Brasileira Aeronáutica), também começou a fazer negócios em Moçambique, tendo comercializado seus aviões para às Linhas Áreas de Moçambique (LAM). Importa realçar ainda que, no caso das construtoras, algumas tiveram financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a execução das suas atividades.

Além disso, muitos empresários singulares se instalaram em Moçambique em vários ramos de atividades por onde fazem seus negócios. No caso do ramo do agronegócio, quando os empresários brasileiros se instalaram, de seguida fizeram alianças com os capitalistas nacionais e portugueses como forma de explorar terras, formando assim, empresas transnacionais. A territorialização do ProSAVANA em Moçambique não pode ser vista de forma isolada da própria Política Externa Brasileira paradigmática e camuflado por discursos desenvolvimentistas ao nível do continente africano. Contudo, o ProSAVANA é resultado das contradições geradas pela Política Externa Brasileira conduzida durante os governos “petistas”, iniciada com o governo Lula (2003-2010), tendo sido continuada com a entrada no poder da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016). O objetivo era o mesmo de outras potências imperialistas, ocupar e explorar terras agrícolas, e por via disto, empreender a especulação e controle territorial por via do agronegócio.

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO CORREDOR DE NACALA PELO PROSAVANA

O ProSAVANA é um programa de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas em Moçambique, que envolve os governos de Moçambique, Brasil e Japão. A ideia de ocupar a savana moçambicana surge em 2009 durante o encontro de Aquila, na Itália. O ProSAVANA surge no contexto iniciativa denominada “Desenvolvimento agrícola das Savanas Africanas”, lançada pelo ex-presidente do Brasil, Lula da Silva e o Primeiro-ministro japonês, Aso, durante o encontro de Aquila (CLASSEN, 2013; CATSOSSA, 2017). Os dois países jogaram um papel importante na consolidação da iniciativa e posteriormente, para a ocupação da savana pelo ProSAVANA em Moçambique. O carisma de Lula reconhecido mundialmente, adicionado ao suposto sucesso das políticas públicas implementadas durante a sua governação, foi também determinante para que o Brasil avançasse com suas iniciativas para o continente africano e Moçambique, em particular. O carisma de Lula fez ainda com que o Japão passasse a elogiar o Brasil, destacando que era o seu único parceiro no âmbito da cooperação internacional ao nível do continente africano (CATSOSSA, 2017). O elogio que o Japão fazia ao Brasil, por de trás dele tinha vários interesses e um deles, era caso o ProSAVANA se efetivasse em Moçambique, tiraria proveitos a partir dele.

De fato, parece que as matemáticas feitas pelo Japão vão dar certo, pois tudo indica que ele será o maior beneficiário de quase todas as *commodities* a serem produzidas em Moçambique, em caso da implementação efetiva do ProSAVANA. A experiência conjunta entre o Brasil e o Japão obtida durante a implementação do PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) a partir dos finais da década de 1970, foi também determinante para a transferência deste projeto para a savana moçambicana. A ocupação do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA não pode ser vista fora do contexto da crise de preços de alimentos verificado nos anos de 2007/8. O ProSAVANA surge num contexto em que o mundo ainda ressentia-se dos efeitos da crise de preços de alimentos de 2007/8 e a ideia da sua “replicação” em outros territórios era uma forma de atenuar os impactos nefastos que esta crise trazia e neste período, o Japão era um dos países mais fustigados. Pode dizer-se que, o Brasil e o Japão uniram-se para “transportar” esta fronteira agrícola para África e Moçambique, em particular. A tentativa do Brasil e do Japão de avançar com iniciativas conjuntas ao nível da África, surge no ano de 2000. Esta relação ganhou dinamismo

com a entrada de Lula no poder em 2003, uma vez que antes ele, não havia tanto interesse do Brasil em relação ao continente africano.

Antes de se avançar com a análise mais aprofundadas sobre os mecanismos de ocupação do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA, é importante trazer numa forma resumida a geoeconomia e geografia social deste território. Considerando que o interesse do ProSAVANA é se implantar em territórios onde já existem outros usos, sobretudo, comunitários, há uma necessidade de trazer uma breve caracterização do Corredor de Nacala. Outro aspecto importante a mencionar é que, o capital ao se implantar, ele organiza e ordena os territórios de acordo com os seus interesses e com eles as relações sociais, orientando-as para a lógica do mercado. Enquanto território, o Corredor de Nacala é resultado de um *recorte espacial* da ação do Estado, que tem em vista induzir as dinâmicas territoriais com base na aliança público-privado.

A experiência moçambicana sobre o desenvolvimento induzido com base no redirecionamento do investimento para determinados territórios, tem estado a trazer desequilíbrios regionais em Moçambique e o ProSAVANA não pode ser visto fora deste contexto. Pode também considerar-se o Corredor de Nacala de uma *Zona Econômica Especial*, onde o Estado procura mobilizar investimento, sobretudo, externo – Investimento Direto Externo (IDE) para a ocupação de terras existentes para a produção de bens agrícolas/agrários primários exportáveis. O Corredor de Nacala, território que alberga o ProSAVANA, faz parte dos seis (6) corredores, diga-se de passagem, de “desenvolvimento”, identificados pelo governo moçambicano no contexto da implementação do PEDSA (Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário) e do PNISA (Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário). Contudo, o governo moçambicano tem nestes dois instrumentos setoriais um trampolim para a materialização dos seus objetivos e ou interesses, neste caso, a modernização agrícola e a mobilização (e coleta) do investimento para a financeirização da atividade agrária no país.

Um dos aspectos que faz esse território ser corredor é a existência da cadeia logística –, neste caso, a ferrovia que sai de Moatize, passando por Malawi e vai desaguar no distrito de Nacala Porto onde as *commodities* são exportadas via marítima para o mercado internacional. Essa ferrovia pertence à mineradora brasileira Vale Moçambique (ex-Vale do Rio Doce) onde transporta o carvão mineral que é exportado na via de Moatize, na província central de Tete. Com a entrada do ProSAVANA, essa ferrovia foi revitalizada, ou seja, ampliada como forma de aumentar a sua

capacidade em termos de carga. A JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional) é que esteve por de trás da revitalização desta ferrovia (FUNADA-CLASSEN, 2013). Como se vê, há uma articulação entre os interesses da Vale e do ProSAVANA no Corredor de Nacala. A experiência do cerrado brasileiro parece estar a repetir-se em pleno século XXI e desta vez em Moçambique, pois durante a implementação do PRODECER no século XX, a ferrovia da Vale por onde transportava o minério de ferro no nordeste foi também utilizada pela escoamento de *commodities* agrícolas para o porto de São Luís, de onde eram exportadas para outros mercados via marítima.

Em termos geopolíticos e geoestratégicos, o Corredor de Nacala está bem localizado e, é por causa disto mesmo que, tem sido alvo do capital nos últimos anos. Não foi por acaso também que o ProSAVANA se implantou exatamente neste território, pois as condições em termos logísticos já tinham sido minimamente criadas. Implantando-se neste território, havia todas as condições em termos logísticos para o sucesso do ProSAVANA, uma vez que os produtos seriam escoados diretamente para o porto de Nacala e daí, para o mercado asiático e para Japão, em particular usando o mar. Oficialmente, o ProSAVANA começou a ser implementado em Abril de 2011 ao longo do Corredor de Nacala. O processo de implementação do ProSAVANA, envolve os governos de Moçambique, do Brasil e do Japão. Neste programa, Moçambique é representado pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), o Brasil pela Agência de Cooperação Brasileira coadjuvada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Japão pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). Neste programa, encontra-se uma suposta Divisão Internacional do Trabalho. O Brasil, além de alocar tecnologia de “graça” para Moçambique, prestar assistência técnica, capacitar técnicos do IIAM, é segundo maior financiador deste programa, tendo em conta o investimento feito pela ABC (FINGERMANN, 2014).

Por causa disto, há uma necessidade de olhar para o ProSAVANA como uma estratégia daquilo que Oliveira (2014) chama de “mundialização da agricultura brasileira”. Através da implementação efetiva do ProSAVANA, criava-se também espaço para a internacionalização das empresas brasileiras e a EMBRAPA no setor agrícola, é apenas um dos exemplos. Já que o fim do PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos cerrados) no cerrado brasileiro foi “inglório” por ter deixado muitas dívidas por serem pagas pelo Brasil (Pessôa, 2015; Pessôa & Inocêncio, 2014; Santos, 2014), o ProSAVANA seria um *trampolim* para devolver o dinheiro alocado pelo governo

japonês. Neste sentido, esta dívida seria paga pelo Brasil duma forma indireta, sobretudo, através do envio dos produtores brasileiros para Moçambique por forma a produzir soja que depois seria exportado para o mercado asiático, diretamente para o Japão num período de tempo dependendo do contrato entre as parte. Com isso, quer-se dizer que, o Corredor de Nacala em Moçambique seria um espaço agrícola, o qual serviria apenas para o Brasil amortizar a sua dívida que tem com o Japão, contraída durante a implementação do PRODECER no cerrado brasileiro.

Com certeza, isto colocaria o Brasil na condição de promotor de *grilagem* internacional de terras, partindo do pressuposto de que, para que os produtores brasileiros avançassem com as suas iniciativas produtivas, eles precisariam ter acesso a terra em Moçambique. Mais tarde, isso desembocaria numa terrível especulação territorial, fato que ameaçaria a soberania moçambicana. Recorde-se que o Brasil foi duramente criticado por muitos acadêmicos e investigadores brasileiros e de outros quadrantes do mundo, sobretudo, moçambicanos e japoneses por ter transferido o ProSAVANA para Moçambique sem que houvesse um debate interno. Dentro do Brasil, Sérgio Schlesinger em seu estudo intitulado «*Cooperação e investimentos do Brasil na África O caso do ProSAVANA em Moçambique*», faz duras críticas à forma como a política externa brasileira foi conduzida durante o governo Lula. Questionando, o autor a firma que no caso do ProSAVANA:

[...] a cooperação responderia à demanda de quem? No caso do ProSAVANA, do governo de Moçambique? E como se dá o processo decisório para chegar a essa demanda em Moçambique? Os camponeses não foram ouvidos. Do lado brasileiro, pode-se dizer que não se pode intervir no processo decisório interno em Moçambique. Porém, a questão crucial para a cooperação brasileira é responder: quem decide no Brasil qual demanda será atendida e como? Ou seja, quem foi ouvido e consultado no Brasil no processo de elaboração dos interesses e visões do Brasil sobre o que fazer no ProSAVANA? A GV Agro, escolhida para elaborar o Plano Diretor, responde a interesses de um setor da sociedade brasileira que está em aberta oposição aos interesses da agricultura familiar e camponesa brasileira. Esta não foi ouvida em nenhum momento do processo decisório sobre o que o Brasil fará no ProSAVANA (SCHLESINGER, 2013, p. 48).

Nesta mesma senda, Clements e Fernandes (2013) foram mais além com as suas críticas pela forma como a política externa brasileira foi conduzida durante o governo Lula, a qual culminou com a transferência da fronteira agrícola brasileira para Moçambique através do ProSAVANA. Estes dois autores afirmam, contudo, que, através do ProSAVANA “**o governo brasileiro está promovendo simultaneamente a grilagem de terras**, através do agronegócio em Moçambique como um meio para atingir sua segurança alimentar e, portanto, a soberania nacional” (CLEMENTS & FERNANDES, 2013, p. 20, grifo nosso). Em Moçambique, as críticas surgiram

através de Chichava e Dúran (2013) e isto é notório no título do seu artigo onde questionam: “o Brasil na agricultura moçambicana: parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra?”.

De fato, a Política Externa Brasileira conduzida pelo governo Lula em Moçambique foi mascarada por um discurso desenvolvimentista, sentimentalista, solidário e humanitário, mas por de trás dele, havia (e continua havendo) muitas armadilhas –, ou seja, fortes interesses pelos recursos naturais e a terra, em particular, o que mais tarde, permitiria o Brasil avançar com a especulação e controlo territorial por meio da expansão do agronegócio. No caso do Japão, a partir do seu capital financeiro, pretende incentivar a produção de culturas do seu interesse, para depois exportá-las para o seu país. Além disso, há possibilidades de alguns empresários japoneses investirem ao longo do Corredor de Nacala, em casos de implementação efetiva do ProSAVANA. A materialização disto significará a disponibilidade de terras agrícolas e isto pode fazer com que a pressão aumente e a expropriação dos camponeses locais se intensifique. Em 2014, um grupo de empresários japoneses visitou Moçambique na companhia do primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, onde manifestaram interesses em alocar o seu investimento. Essa visita dos japoneses em Moçambique foi apelidada de ser “uma vista imperial” pelo ativista social, Jeremias Vunjanhe.

E finalmente, Moçambique o único parceiro pobre nesta iniciativa, fora dos ganhos institucionais, isto é, o apetrechamento dos laboratórios, formação e capacitação dos técnicos do IIAM, o que se sabe (e é notável) é que ele participa com a terra e a mão-de-obra barata a serviço do ProSAVANA. Por sua vez, a sua participação nesta iniciativa, pretende através dela, “angariar” investimento e tecnologia para promover a modernização do setor agrário. No ano de 2016, assistiu-se uma digressão ao Japão em busca de potenciais investidores e de investimentos para o setor da agricultura e o ProSAVANA foi mais uma vez promovido aos empresários japoneses. Tanto presidente da república, Filipe Nyusi, quanto o ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, ambos destacaram a importância da implementação efetiva do ProSAVANA na presença de empresários japoneses (CATSOSSA, 2017). Aliás, a promoção do ProSAVANA sempre foi feita aos investidores privados e nunca para os camponeses moçambicanos, o que mostra que estes últimos não são parte integrante do ProSAVANA, mas sim, atores marginais.

Fica evidente que o ProSAVANA enquanto programa agrícola, é anti-campesinista e pro-capital. Além disso, fica também evidente que o ProSAVANA é política que vêm de “cima para

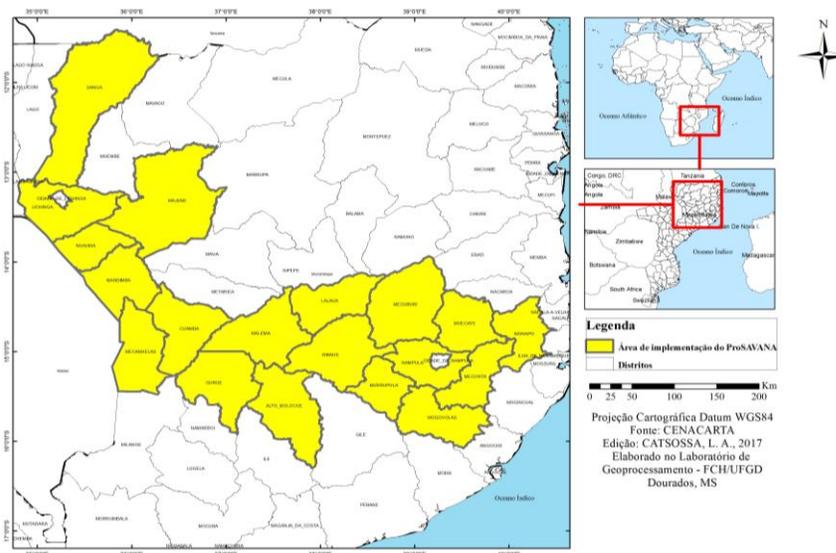
baixo” imposta aos camponeses no Corredor de Nacala assim como foi o PRODECER, programa o qual ele se inspira. Por sua vez, é resultado da tentativa de produção de capitalistas (e/ou burguesias) rurais ao longo do Corredor de Nacala. É importante frisar que, embora a implementação do ProSAVANA tenha avançado, ela foi parcial, pelo que só foram alguns projetos que estavam dentro dele e como se verá na próxima seção, isto deveu-se a ação mobilizadora das organizações da sociedade civil, dos camponeses e das associações de camponeses nacionais e estrangeiros, neste último caso do Brasil e do Japão. A implementação do ProSAVANA se deu através da componente “Quick Impact Projects” – projetos de impacto rápido por meio dos modelos I, II e III. Além disto, a sua implementação se deu através do ProSAVANA PI (Projeto de Investigação), que compreendia a realização de estudos aprofundados e minuciosos de solos ao longo do Corredor de Nacala, estudos laboratoriais, sobretudo, a testagem de variedades de sementes a serem introduzidas e isto aconteceu nas províncias de Nampula e Niassa.

Por exemplo, o modelo I, visava apoiar os camponeses individuais previamente identificados, oferecendo-lhes sementes e fertilizantes para avançarem com a produção. O modelo II visava apoiar os produtores organizados em associações agrícolas e os mesmos recebiam também sementes e fertilizantes. Já o modelo III tinha em vista a promoção da agricultura sob contrato e seriam integrados todos os produtores emergentes locais e também vindos de outras regiões do país. Nestes modelos, não ficou claro, onde seriam colocados os produtos que sairiam, por exemplo, do Brasil já que teriam sido convidados para virem a Moçambique “ensinar” os camponeses moçambicanos como se trabalha a terra. Outra componente implementada em Moçambique foi o Plano Diretor do ProSAVANA. A implementação do Plano Diretor, foi acompanhada por vários problemas, entre eles, falta de transparência e incumprimento dos instrumentos legais moçambicanos, entre eles: a Lei do Direito a Informação, aprovada em 2014; Diretiva Geral para o Processo de Participação Pública no Processo de Avaliação de Impacto Ambiental, ao verificar-se que as organizações ligadas à defesa do meio ambiente não participaram do processo.

A implementação do Plano Diretor também não observou instrumentos legais internacionais, a exemplo, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece o direito à consulta prévia, livre e informada, assim como as Diretrizes Voluntárias para

uma Governação Responsável na Posse de Terra, Florestas e Pesca². Cabe realçar que, o ProSAVANA, ocupa alguns distritos ao longo do Corredor de Nacala, contabilizados em 19, numa extensão territorial de cerca de 14,5 milhões de hectares de terras. Nestes distritos, vivem milhares de famílias camponesas fazendo uso diversificado dos seus territórios. Os dados em relação às famílias afetadas diretamente pelo ProSAVANA divergem. O governo moçambicano através do Plano Diretor do ProSAVANA versão zero, aponta cerca de 600.000 produtores familiares (MASA, 2015). Já as associações de camponeses e organizações da sociedade civil que militam no campo, avançam que o ProSAVANA afeta diretamente cerca de 800.000 produtores familiares. Embora tenham avançado para este número, as associações de camponeses e organizações da sociedade civil, alertam que, este número pode ser menor olhando para a forma abrangente do programa. Essa observação é legítima, partindo do pressuposto que pode ter havido mobilidade de pessoas de outros lugares não abrangidos para os distritos diretamente afetados pelo ProSAVANA. Por isso, em casos de implementação efetiva do ProSAVANA, deve-se fazer de novo um levantamento cauteloso e detalhado das pessoas que vivem nos distritos diretamente afetados por este programa.]

Mapa 2. Território(s) do ProSAVANA



Fonte: Catsossa (2017a)

² Estes aspectos fazem parte das denúncias feitas pelas organizações da sociedade civil filiadas a «Campanha não ao ProSAVANA».

A particularidade dos distritos afetados diretamente pelo ProSAVANA, além de serem densos em termos populacionais, os mesmos apresentam boas condições agroecológicas caracterizadas pela fertilidade dos solos. Essas características foram confirmadas durante a pesquisa de campo realizada em alguns dos distritos, no caso de Gurué e Alto-Molocué, na província da Zambézia, como também nos distritos de Malema, Ribáue, Meconta, Mecuburi, Monapo e Rapale, na província de Nampula. A maioria dos distritos afetados diretamente pelo ProSAVANA, são considerados pelos próprios camponeses, associações de camponeses e organizações da sociedade civil como sendo celeiros, uma vez que a produção que daí sai, abastece-se com ela outros mercados nacionais. As famílias que vivem nestes territórios praticam agricultura de subsistência, caracterizada pelo uso de enxada de cabo curto e pelo sistema de pousio dos solos. É importante realçar que, as famílias camponesas que se localizam nos distritos abrangidos pelo ProSAVANA, produzem seus alimentos com base nos seus conhecimentos e nos princípios agroecológicos. A proposta do ProSAVANA, é de acabar com as práticas preexistentes consideradas como rudimentares, sobretudo, com os saberes camponeses.

Primeiro, a intensão dos executores do ProSAVANA é de eliminar o sistema de pousio através do uso intensivo de tecnologia e do capital no processo produtivo. Segundo, os executores do ProSAVANA, pretendem influenciar para que os camponeses locais utilizem sementes laboratoriais e certificadas, entre elas híbridas e *quiçá*, Organismos Geneticamente Modificados (OGM) como também fertilizantes, pesticidas, agroquímicos, enfim, agrotóxicos. Acontecendo isto, poderá haver muitas transformações sócio-espaciais ao longo do Corredor de Nacala e a estrutura agrária local, irá ser dominada pela concentração de terras e expansão de *commodities*. Isso pode ser mais grave no contexto da soberania alimentar/territorial. Por sua vez, isto pode trazer impactos negativos sobre a segurança alimentar e nutricional dos povos locais. Além da prática da agricultura, as famílias que vivem nos distritos afetados diretamente pelo ProSAVANA têm na pesca e caça como outras fontes de renda para o aumento das suas economias. Das florestas nativas, estas famílias retiram vários bens, como por exemplo, lenha para o uso doméstico, madeira para a produção de utensílios domésticos, plantas medicinais. Por sua vez, estas famílias por serem tradicionais, elas têm nestas florestas os seus espaços sagrados onde realizam as suas cerimônias. É nestas florestas onde existem os cemitérios comunitários e até familiares.

Contudo, a implementação efetiva do ProSAVANA pode trazer impactos negativos na vida das comunidades locais, uma vez que a expansão do agronegócio leva consigo a destruição da floresta nativa, o que pode levar a diminuição de alternativas de sobrevivência e/ou de existência de muitas famílias. Aliás, a realidade do avanço do agronegócio ao longo do Corredor de Nacala e nos distritos acima mencionados, revela a diminuição das áreas de floresta nativa e isto, tem obrigado muitas famílias a percorrer longas distâncias para obterem os produtos da natureza e com a implementação efetiva do ProSAVANA este cenário pode ser ainda desastroso. Por muito tempo, as análises sobre o ProSAVANA foram “romantizadas”, na medida em que era visto como a solução dos males sociais em Moçambique. Visto desta maneira, corre-se o risco de “ocultar” os riscos que este programa representa não apenas para agricultura camponesa, mas também aos próprios sujeitos e a biodiversidade (para não dizer, para a natureza). Contudo, o ProSAVANA deve ser visto uma estratégia triangular para a territorialização do capital no Corredor de Nacala que pretende se reproduzir a escala global a partir da exploração capitalista deste território e de sua gente –, dos camponeses locais.

O ProSAVANA é nada mais, nada menos que uma estratégia capitalista bem reformulada pelo Brasil e Japão para a ocupação efetiva da savana moçambicana pelo capital monopolista. Por isso, a ocupação do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA deve ser analisado no contexto da acumulação capitalista. É com base na lógica analítica da acumulação capitalista que se poderá compreender melhor as contradições que foram geradas logo que o ProSAVANA se territorializou no Corredor de Nacala e outras que ainda estão por vir caso a ocorra a sua implementação efetiva. O processo de ocupação do Corredor de Nacala pelo ProSAVANA, não difere do que aconteceu no cerrado brasileiro com a implantação do PROCECER. A forma como o território que alberga o ProSAVANA foi recortado, apenas revela a intensão do capital em poder se reproduzir primitivamente a escala global. A atual geopolítica mundial da questão agrária “onde a ordem passou a ser produzir em qualquer lugar do mundo” (Oliveira, 2014, p. 19, desempenhou um papel importante para a territorialização do ProSAVANA em Moçambique. Por meio desta geopolítica, em Moçambique começaram haver várias reestruturações nas legislações, sobretudo, na lei de terras, de sementes e fertilizantes, tudo por forma a criar espaço para albergar os interesses do grande capital e do ProSAVANA, em particular.

Não há dúvidas que o ProSAVANA é um verdadeiro retrato do PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), implementado a partir dos finais da década de 1970, numa cooperação bilateral entre o governo brasileiro e japonês. É com base no PRODECER que se inspiraram os que arquitetaram (e/ou elaboraram) o ProSAVANA, cuja nacionalidade dizem-se serem japoneses tal como foi no primeiro programa (FUNADA-CLASSEN, 2013). Lendo atentamente o Plano Diretor do ProSAVANA versão zero de 2015, fica evidente que enquanto programa modernizatório do espaço agrário moçambicano (do Corredor de Nacala), se inspira no PRODECER, cujo objetivo final é avançar com a exploração econômica e por via disto, acumular-se numa forma ampliada o capital. O discurso desenvolvimentista que permeou a elaboração e implementação do PRODECER no cerrado brasileiro, manteve-se intato no ProSAVANA. O discurso desenvolvimentista que norteou a elaboração do ProSAVANA, segundo o qual, pretende promover o desenvolvimento social e inclusivo e ambientalmente sustentável, foi apenas usado para “anestesiá-los” as comunidades locais e, sobretudo, os camponeses.

A prior, parece que os “arquitetos” do ProSAVANA sabiam que os camponeses ao longo do Corredor de Nacala não eram “bobos” e muito menos “loucos” e que, caso não se utilizasse discursos atraentes, eles poderiam se rebelar contra o avanço destes programas, daí que começaram a promovê-lo como sendo uma “maravilha” –, o “sucesso do cerrado brasileiro”. Este discurso foi usado também para fugir as possíveis críticas provenientes de associações camponesas, organizações da sociedade civil, congregações religiosas, movimentos sociais, acadêmicos e outros atores atentos às armadilhas e a *barbárie* do capital por onde se territorializa. As características do PRODECER, estão presente no ProSAVANA, fato que revela estar em curso uma “replicação” do primeiro programa em Moçambique. O ProSAVANA, apresenta a mesma filosofia do PRODECER, pois as culturas que serão usadas para a modernização agrícola do Corredor de Nacala são quase as mesmas, entre elas, a soja, o milho, a cana-de-açúcar e algodão. A duração do ProSAVANA no Corredor de Nacala é também a mesma que o PRODECER teve no cerrado brasileiro, que é de 20 anos.

Enquanto o PRODECER foi dividido em «PRODECER I», «PRODECER II» e «PRODECER III», a divisão do ProSAVANA foi feita por períodos, entre eles: «Período de início», «Período de crescimento» e «Período de amadurecimento» (cf. CATSOSSA, 2017a). Ideologicamente, ambos os programas (PRODECER e ProSAVANA) tem traços (e/ou são fruto)

da chamada *Revolução Verde*, que de *verde* não teve, senão, o seu lado vermelho caracterizado pela pilhagem territorial e com ele, os recursos naturais vitais para a sobrevivência das comunidades tradicionais, expropriação e expulsão dos camponeses dos seus territórios, destruição da biodiversidade, contaminação dos recursos hídricos, dos sujeitos e entre outras *barbáries*. Não é verdade que, o ProSAVANA será a solução do problema da fome em Moçambique, pois o seu foco é a produção de *commodities* agrícolas para a exportação. Quem produz comida que vai diretamente à mesa dos cidadãos não é o agronegócio, mas sim, o campesinato enquanto modo camponês de fazer agricultura. O PRODECER, programa o qual o ProSAVANA se inspira, gerou várias contradições durante e após a sua implementação no contexto da segurança alimentar. Schlesinger (2013, p 45) fazendo uma avaliação deste programa afirma que, o “PRODECER apresentado como uma verdadeira revolução a favor da produção de alimentos, [...] resultou em insegurança alimentar e necessidade de compra de alimentos de outras regiões”.

Essa necessidade de compra dos produtos caso ocorra a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala, não pode ser ignorada. É preciso entender que, as culturas em implementação são na sua maioria de rendimento (entre elas, soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, etc.) que permitem a acumulação capitalista quando exportadas para o mercado internacional e no caso de não haver políticas públicas inclusivas de incentivo a produção familiar/camponesa, a fome pode ganhar espaço para a sua emancipação no Corredor de Nacala. As alertas sobre a possibilidade de isso acontecer vêm ainda do Brasil e desta vez, pela geógrafa Maria Irlan Inocência em seu texto «*Brasil/Japão: Cooperação para o desenvolvimento dos cerrados ou estratégia capitalista para a ocupação de produção capitalista das savanas?*». Segundo ela:

No Brasil a soja foi o principal cultivar introduzido e abriu novos territórios a exploração capitalista. Em Moçambique, há cultivo de outros gêneros alimentícios, alguns relacionados aos hábitos alimentícios moçambicanos, porém a abertura de novas áreas agrícolas em nada contribui para a solução da fome no continente (INOCÊNCIA, 2016, s/d).

Os camponeses além de estar em situação de alerta, eles estão também cientes que o ProSAVANA não vai garantir a sua soberania alimentar e muito menos, a segurança alimentar e nutricional ao introduzir-se e ao se incentivar a produção de monoculturas. Uma militante da ORAM, assegurou que:

Dentro do ProSAVANA, não há espaço para falar da segurança alimentar. As pessoas não vai comer milho, não vão comer soja. As pessoas precisam manter aquelas culturas

básicas, o quiabo, o tomate, o alface o milho para a sua própria alimentação, a abóbora, a melancia, onde está o espaço disto dentro do plano director do ProSAVANA?³

Já que a intensão do ProSAVANA é transformar os camponeses locais em produtores competitivos integrados ao mercado por via da subcontratação, a situação pode ser pior ainda, na medida em que estes, perderão o foco produzindo mercadorias em vez de alimentos que vão diretamente a sua mesa. As sementes que estão a ser introduzidas, na sua maior parte geneticamente modificadas, também é uma ameaçada a segurança alimentar e nutricional dos povos locais. O milho que está para ser introduzido apenas serve para a produção de ração animal para alimentar galinhas (frangos). Schlesinger (2013) afirma que esse tipo de milho não é saboroso e isto foi possível de comprovar no Brasil durante a pesquisa de campo em 2015. Também não é verdade que o ProSAVANA vai melhorar a vida das famílias camponesas ao longo do Corredor de Nacala, pois no agronegócio a concentração de terras e de renda é maior. Socialmente, o agronegócio é excludente e promotor do desenvolvimento desigual por onde se territorializa e foi o que aconteceu no cerrado brasileiro durante a implementação do PROODECER (Pessôa, 2015; Pessôa & Inocêncio, 2014, Clements & Fernandes, 2013; Santos, 2014) e o ProSAVANA no Corredor de Nacala, não será tão diferente. É verdade que pode haver alguma diferenciação social entre os camponeses, onde alguns serão ricos (e este grupo será composto por aqueles que poderão se integrar com sucesso), mas uma margem maior cairá na miséria e *quiçá*, pior do que estavam antes, tendo encontra que alguns poderão perder seus territórios e outras fontes de sobrevivência.

Não é verdade ainda que, o ProSAVANA será fonte de empregos, pois com o avanço tecnológico, o desemprego gerado pelo setor da agricultura tem aumentado em resultado do uso elevado de maquinaria. Neste processo, as pessoas são substituídas por máquinas agrícolas, cabendo elas, procurar empregos não agrícolas nas cidades. Outras pessoas depois de expropriadas, transformam-se em assalariados sazonais nas empresas agrícolas e, é o que é mais recorrente no agronegócio. Em outras palavras, com o uso intensivo de tecnologia na agricultura surge uma agricultura sem agricultores. Outra falácia está relacionada com a ideia segundo a qual, o ProSAVANA vai promover o desenvolvimento sustentável e que seria alcançado por meio do uso de PIAR (Princípios de Investimento Agrário Responsável). Como se vê, há uma tentativa escancarada de *maquiar* o ProSAVANA, mas a realidade revela que o agronegócio é em si, gerador de vários problemas ambientais por onde se territorializa que parte desde a destruição da floresta

³ Entrevista realizada em Janeiro de 2016, cidade de Nampula.

preexistente, contaminação dos lençóis freáticos, cursos normais (e reservatórios naturais) de água através do uso intensivo e excessivo de agrotóxicos no processo produtivo. Através dos PIAR, os executores do ProSAVANA avançam com a tese segundo a qual, haverá coexistência pacífica entre este programa e os camponeses locais.

Contraditoriamente, essa ideia parece estar a ser reproduzida pela ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua) em seu relatório, intitulado «*Sustentabilidade e coexistência pacífica no uso e aproveitamento da terra em Moçambique: os contornos do ProSAVANA*» publicado em 2013. Ainda nesta vertente da coexistência pacífica entre o ProSAVANA e os camponesinato no Corredor de Nacala, está também o texto da acadêmica brasileira, Natália N. Fingermann intitulado «*Os mitos por de trás do ProSAVANA*», onde a autora faz duras críticas a todos aqueles que em suas análises criticavam também o ProSAVANA. Nesse texto, Fingermann (2013, s/d) afirma que difundir a ideia de que implementação efetiva do “PROSAVANA irá usurpar os pequenos agricultores de Moçambique”, poderá haver “conflitos entre o agronegócio e os pequenos agricultores moçambicanos” são apenas mitos. Por meio deste texto, Natália N. Fingermann acabou por ser uma verdadeira porta-voz dessa corrente desenvolvimentista e as suas análises, legitimaram o ProSAVANA em Moçambique, sendo que mais tarde, passaram a ser citadas pelos executores do programa (cf. FUNADA-CLASSEN, 2013). Essa foi à leitura equivocada feita por esta autora sobre o agronegócio, ignorando todas as contradições geradas por este modelo em seu país que continuam até os dias atuais, é só ver na região do MATOPIBA.

“NÃO AO PROSAVANA”: LUTAS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE

Apesar da subordinação e convivência do executivo de Armando Guebuza face aos interesses capitalistas do Japão, os moçambicanos reagiram fortemente e estão decididos a manter-se na vanguarda popular para impedir o avanço do Programa ProSAVANA. O povo compreende o que está em jogo e por que (VUNJANHE, 2014).

Não ao ProSAVANA! Sim à nossa agricultura camponesa e às nossas sementes nativas. Terra é tudo que temos, Não aceitamos que nos retirem o nosso sustento e a nossa liberdade de produzirmos os nossos alimentos (Campanha Não ao ProSAVANA).

A entrada do ProSAVANA em Moçambique deparou-se com fortes contestações populares, lideradas pelas associações de camponeses, organizações da sociedade civil e pelos movimentos sociais. Mas, como tudo começa? A gênese das contestações camponesas lideradas por associações

de camponeses e organizações da sociedade civil está relacionada com vários fatores, entre eles, o atropelo a legislação nacional como também internacional. A forma não transparente de como o ProSAVANA foi “arquitetado” pelos seus mentores (neste caso Brasil e Japão), está também na origem das contestações que este programa tem vindo a sofrer desde que foi tornado público em Moçambique. Os camponeses diretamente afetados pelo ProSAVANA não foram convocados para participar na sua elaboração. É verdade que não poderiam ser todos os camponeses, mas os seus representantes, estes sim, poderiam dar opinião sobre o modelo de produção que estava sendo implantado e *quicá*, deixar as demandas dos camponeses moçambicanos e, sobretudo, do Corredor de Nacala.

Os camponeses não foram consultados se em seus territórios havia terra suficiente, isto é, estimada em cerca de 14,5 milhões de hectares para albergar o ProSAVANA. A Lei de terras em vigor no país – Lei nº. 19/97 prevê a realização de consultas comunitárias prévias, isto é, antes de ser implantada qualquer iniciativa e/ou atividade econômica em territórios comunitários. Em outras palavras, esta lei obriga qualquer investidor, seja ele nacional como estrangeiro, a realizar prévia “*consulta às comunidades, para efeitos de confirmação de que a área está livre e não têm ocupantes*”⁴. Pela forma como ocorreu a territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala, tudo mostra que este postulado foi ignorado pelos seus executores. A UNAC (União Nacional de Camponeses), um dos maiores movimentos camponeses do país de expressão nacional e internacional foi a primeira organização a denunciar a falta de transparência como o ProSAVANA foi elaborado. Num pronunciamento realizado na cidade de Nampula, em Novembro de 2012, a UNAC descrevia o seguinte cenário:

Desde que ouvimos falar do Programa ProSAVANA, temos notado uma insuficiência de informação e reduzida transparência por parte dos principais actores envolvidos (Governos de Moçambique, Brasil e Japão). Nós camponesas e camponeses, condenamos a forma como foi elaborado e se pensa implementar o ProSAVANA em Moçambique, caracterizado pela reduzida transparência e exclusão das organizações da sociedade civil em todo processo, em particular as organizações de camponeses (UNAC, 2012, p. 1).

Era suposto que o governo moçambicano prestasse atenção para que a lei não fosse violada, mas como também é conivente ao capital internacional, nada fez para prevenir o tal ato. Porque a “sede” de ver o setor da agricultura modernizada, de ter acesso ao investimento estrangeiro e meios tecnológicos para “apetrechar” o IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique) era

⁴ Cf. Artigo 13, número 3.

tanta, o governo moçambicano sem consultar os camponeses e realizar debates públicos sobre a real necessidade de se ter um programa como o ProSAVANA que prevê a expansão de *commodities* em grande extensão e não necessariamente a produção de alimentos que vão diretamente a mesa do cidadão, eis que entregou as terras comunitárias ao capital *nipo-brasileiro* para se reproduzir no Corredor de Nacala, ignorando a legislação aprovada pelo próprio Estado. Os executores do ProSAVANA ignoraram isso e em parte, deveu-se a conivência do próprio Estado moçambicano ao grande capital.

O governo moçambicano usou a ideia enganosa segundo a qual em Moçambique tinha terras “livres” e “subutilizadas” ao longo do Corredor de Nacala, as quais poderiam ser ocupadas pelo ProSAVANA. Quando o ProSAVANA começou a avançar com as suas atividades, este viu-se mais tarde a ser contestado pelos camponeses locais. Um dos militantes da ORAM (Associação Rural de Ajuda Mútua), uma associação camponesas que atua no campo moçambicano, rebatendo a ideia falaciosa de que havia muitas terras em desuso, reagiu destacando que “*se reparares o Corredor de Nacala, pode fazer essa viagem e acredito que vai fazer daqui a Nacala, não vai conseguir fazer 5, 6 ou mais quilómetros sem encontrar lá um grupo de pessoas que está a habitar*”⁵. Por sua vez, o depoimento dos militantes da UNAC alinhou-se com o da ORAM. Rebatendo a ideia sobre a existência terras livres e subutilizadas, um dos militantes da UNAC, pontuou nos seguintes termos:

*Se fores agora a Cuamba passar por este corredor até a cidade de Nacala, aqui no meio aqui não vais apanhar espaço pelo menos de 10 km desocupado. Se não tem casa, tem machamba e se não tem machamba, tem algumas árvores que são cajueiros*⁶.

Na verdade, nos distritos diretamente afetados não havia tanta terra como o governo moçambicano referiu-se ao aceitar a entrada do ProSAVANA. Essa constatação foi feita também por Mosca e Bruna (2015) em seu estudo intitulado «*ProSAVANA: discursos, práticas e realidades*», aonde destacaram que as terras que o governo dizia serem livre e subutilizadas tinha donos consuetudinários e que se chamavam camponeses. Outros autores (cf. Schlesinger, 2013; Catsossa, 2017a; Catsossa, 2017b) que procurar conduzir estudos empíricos sobre o ProSAVANA, também constataram a falta de grandes extensões de terras livres e subutilizadas ao longo do Corredor de Nacala. As terras que eram classificadas como sendo “livres” e “subutilizadas” eram

⁵ Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

⁶ Entrevista realizada em Janeiro de 2016.

aquelas que os camponeses deixam em pousio por um determinado período enquanto utilizam outras unidades produtivas para poder recompor-se. As consultas comunitárias, diga-se de passagem, foram realizadas a ferro e fogo – ou seja, por força maior das organizações da sociedade civil e associações de camponeses depois de várias tentativas dos executores do ProSAVANA avançar com a implementação autoritária.

As consultas comunitárias, diga-se de passagem, foram para o inglês ver. Além de terem sido excludentes, não abrangentes e de ter havido falta de transparência durante as consultas comunitárias, aqueles que tinham uma opinião contrária da classe dominante, isto é, dos executores do ProSAVANA, eram intimidados e **“quando necessário, repressão contra as reivindicações das comunidades e coerção psicológica contra os críticos do programa”** (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 9, grifo nosso). O auge da falta de democraticidade no processo de consultas comunitárias foi à agressão aos militantes da UNAC, na cidade de Nampula durante um encontro organizado pela MAJOL, uma empresa de consultoria contratada pela JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional) que supostamente tinha objetivo de ouvir (e/ou auscultar) as demandas dos camponeses e das organizações da sociedade civil convidados. No caso da agressão aos militantes da UNAC, o ato foi executado pelos consultores da MAJOL (*cf.* CATSOSSA, 2017a).

Na verdade, a MAJOL não queria auscultar ninguém, mas sim, identificar as pessoas mais radicais nas organizações da sociedade civil e depois avançar com o processo de cooptação das mesmas. De fato, a ação da MAJOL teve resultados positivos, conseguiu infiltrar-se no meio das organizações da sociedade civil, dividindo-as em dois grupos diferentes que defende também interesses distintos. Catsossa (2017a) classificou o primeiro grupo de «ala anti-ProSAVANA» e o segundo de «ala pro-ProSAVANA». O primeiro grupo de organizações tem suas sedes na capital moçambicana –, cidade de Maputo enquanto que no caso do segundo, estão dentro do Corredor de Nacala, área de incidência direta do ProSAVANA. Essa estratégia da MAJOL pode ser vista no sentido de dividir para reinar. Pelo fato do primeiro grupo ser mais radical nas suas visões e pronunciamentos sobre o ProSAVANA, este foi sendo marginalizado no que tange ao acesso a informação sobre o programa pelos seus executores, beneficiando os segundos, já que estes eram moderados nas suas opiniões. Mais tarde, o primeiro grupo, acusou o segundo de ter recebido valores avultados de dinheiro com os executores do ProSAVANA, sobretudo, da contraparte japonesa por meio da JICA para avançar com o projeto de desinformação dos camponeses,

fazendo-os acreditar que este programa vinha para ajudá-los a progredir na sua vida (CATSOSSA, 2017a).

A divisão das organizações da sociedade civil, fez com que o movimento anti-capitalista que lutava inicialmente contra o ProSAVANA se fragilizasse, pois o número de militantes terá diminuído. Contudo, o ProSAVANA ficará pela história do país como o programa que mais dividiu as organizações da sociedade civil que se dizem defender e proteger os interesses e direitos das comunidades rurais e dos camponeses, em particular. O ProSAVANA veio revelar também as lutas de classes dentro das organizações da sociedade civil, onde certos grupos usando o nome das comunidades rurais e dos camponeses em particular, procura(va)m extrair as chamadas *mais-valias*. Isso mostra apenas que há organizações que têm agendas obscuras e contrárias aos objetivos, missão e valores que nortearam o processo da sua criação – ou seja, as comunidades rurais e os camponeses, em particular, são usados como um *trampolim* para acumulação capitalista. Voltando as consultas comunitárias, pela forma como os executores do ProSAVANA atuaram quando viram o programa a ser contestado, ficou evidente que a intenção deles não era de dialogar com ninguém, mas sim, de passar por cima de tudo e de todos.

Aliás, durante uma auscultação pública na cidade de Maputo, no ano de 2015, o antigo ministro da Agricultura e Segurança Alimentar (e atual ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação), José Pacheco, foi incisivo nas suas palavras. Primeiro, José Pacheco apelou aos presentes – neste caso as lideranças das organizações da sociedade civil e de camponeses presentes no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, destacando que **“todas as intervenções devem ser patrióticas”** (Mosca & Bruna, 2015, p. 26, grifo nosso), ou seja, que ninguém deveria ganhar a ousadia de questionar o que já havia sido acordo entre o governo e os seus parceiros de cooperação (Brasil e Japão) em torno do ProSAVANA. Avançando com o seus apelos, este governante avisou aos presentes destacando que, **“não venham aqui com agendas obscurantistas... Estamos firmes nesta missão”** (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 26, grifo nosso) e ameaçou, **“qualquer obstáculo que aparecer, vamos atropelar e avançar para frente”** (@Verdade, 2015, p. 1, grifo nosso). De fato, pela sua característica, o agronegócio não respeita ninguém e muito menos, é pela democracia. As organizações da sociedade civil presentes dizem ter sido uma grande batalha. De um lado, o governo através do ministro da Agricultura e Segurança

Alimentar, representava o discurso da classe dominante –, o capital nipo-brasileiro e as organizações da sociedade civil, os camponeses do Corredor de Nacala (CATSOSSA, 2017).

Um dado importante a mencionar, é que as supostas consultas comunitárias foram realizadas após o ProSAVANA ter dado os primeiros passos da sua implementação e já haviam sido realizadas várias atividades (pesquisa/estudos de solos, elaboração do primeiro Plano Diretor liderado pela Fundação Getúlio Vargas [FGV Projetos]) ao longo do Corredor de Nacala. Em curto espaço de tempo, as vozes dos camponeses internacionalizaram-se, clamando a não implementação do ProSAVANA em seus territórios. Mesmo com esses gritos, os executores do ProSAVANA avançavam com as suas iniciativas, implementando parcialmente alguns projetos ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo, estudos/pesquisas de solos, aberturas de campos de experimentação, testagem de modelos agrícolas a serem adotados, construção de laboratórios, formação e capacitação de recursos humanos do IIAM (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique), construção, revitalização e ampliação da cadeia logística (estradas e linhas-férreas) e entre outras atividades.

As organizações da sociedade civil e associações de camponeses moçambicanas vendo que as suas súplicas estavam sendo ignoradas pelos executores do ProSAVANA, intensificaram as suas ações mobilizadoras por forma a parar com as atividades deste programa. Neste processo, escreveram uma carta aberta e foi endereçada aos três governos (Moçambique, Brasil e Japão), onde destacavam a necessidade de parar-se com o ProSAVANA por forma a ouvir as demandas populares, sobretudo, dos camponeses. O ProSAVANA configura-se num dos programas mais contestados por camponeses desde que Moçambique tornou um Estado capitalista. O surgimento da «Campanha Não ao ProSAVANA», trouxe um novo dinamismo no processo de lutas e resistências contra a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala. A «Campanha Não ao ProSAVANA», voltou a fazer denúncias contra a implementação efetiva do ProSAVANA, em Outubro de 2017, durante a «III Conferência dos Povos, subordinado ao tema “Entre os modelos dominantes de desenvolvimento agrário as alternativas populares», realizado na cidade de Maputo.

Foto 1. Mulheres camponesas protestando a implementação efetiva do ProSAVANA



Fonte: CATSOSSA, L. A (Pesquisa de campo)

Em 2017, a Campanha não ao ProSAVANA reafirmou o seu interesse em resistir e lutar contra a implementação efetiva deste programa. No entanto, em Abril de 2018, a «Campanha não ao ProSAVANA» fez um pronunciamento depois de terem vazado informações sobre o encontro realizado na cidade de Maputo onde os três governos decidiram para avançar com a implementação do ProSAVANA, denunciando a falta de diálogo e transparência dos mesmos. Atualmente, a «Campanha Não ao ProSAVANA» é constituída pelas seguintes organizações da sociedade civil: a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRO), a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula (CAJUPANA), a Comissão Diocesana da Justiça e Paz de Nacala (CDJPN), o Fórum Mulher – Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento, a Marcha Mundial das Mulheres Moçambique, a Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique, a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), a Livangingo e A União Nacional dos Camponeses de Camponeses (UNAC). Um dado importante é que, no início haviam muitas organização a combater severamente o ProSAVANA, outras desistiram quando a estratégia de cooptação foi instituída pela MAJOL, em 2016. Algumas pessoas que fazem parte deste grupo, justificam o fato, alegando que já houveram pessoas que quiseram fragilizar o movimento, fazendo-se serem pesquisadores. É a partir da «Campanha Não ao ProSAVANA» que as lutas e resistências contra o ProSAVANA globalizaram-se e começaram a fazer-se sentir também no Brasil e no Japão. Um dado importante, é que o cancelamento temporário das atividades do ProSAVANA foi influenciada pelo papel que a «Campanha não ao ProSAVANA» exerceu desde o seu surgimento ao pressionar o governo moçambicano a parar e a repensar se é esta iniciativa a qual pretende desenvolver com ela o país.

CONCLUSÃO

Da análise feita, é possível concluir que o ProSAVANA representa interesses do grande capital e não necessitante dos camponeses locais. A entrada do ProSAVANA em parte é resultado do fracasso das políticas e estratégias de desenvolvimento do setor agrários internamente concebido(s) pelos governo(s). A sua consolidação e Moçambique como programa, resulta ainda da conivência do Estado ao capital nipo-brasileiro, onde através dele prevê a modernização rápida da agricultura moçambicana e por via disto, aumentar a produção e a produtividade agrícola do país. Do lado brasileiro e japonês, ambos querem fazer do Corredor de Nacala o cerrado brasileiro, na medida em que querem ocupá-lo para através dele e de sua gente, avançar com o processo de acumulação primitiva do capital e a sua reprodução a escala global. Contudo, o ProSAVANA enquanto modelo de produção, é uma ameaça a agricultura camponesa que é predominante no Corredor de Nacala e com ele, a soberania alimentar/territorial e conseqüentemente, a segurança alimentar e nutricional dos povos locais. Com isso, o PRODECER enquanto modelo de produção, não pode ser referência para Moçambique, pois dele, apenas surgiu uma “modernização danosa” em termos socioambientais no cerrado brasileiro, destruiu a natureza, agricultura camponesa, *espoliou* as comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), expulsando-os dos seus territórios, concentrou terras nas mãos de poucos, aumentou os níveis de insegurança alimentar e as desigualdades sociais e territoriais. As associações camponesas e as organizações da sociedade civil têm um grande desafio e passa necessariamente por traçar novas estratégias de lutas e resistência com vista a barrar duma vez por todas a implementação efetiva do ProSAVANA, caso não, então a destruição do campesinato está dada. O desafio maior, vai para a «Campanha não ao ProSAVANA» que além de ter se institucionalizado, ela se internacionalizou como um movimento social que está contra a implementação efetiva deste programa em Moçambique.

REFERÊNCIAS

CATSOSSA, Lucas Atanásio. *Discursos e realidades do agronegócio: do PRODECER no cerrado brasileiro ao ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique*. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFGD, MS, 2017.

- CHICHAVA, Sérgio. *Moçambique e a crise político-econômica brasileira*. In: BRITO, Luís et al., (orgs.). *Desafios para Moçambique 2017*. IESE, p. 381-391, Maputo, 2017.
- CHICHAVA, Sérgio & DÚRAN, Jimera. *O Brasil na agricultura moçambicana: Parceiro de Desenvolvimento ou usurpador de terra?*. In: BRITO, Luís. et al., (orgs.). *Desafios para Moçambique 2015*. IESE, p. 297-415, Maputo 2013.
- CLEMENTS, Elizabeth Alice & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique*. UNESP/PP/SP, 2013.
- FINGERMANN, Natália Noschese. *A cooperação trilateral brasileira em Moçambique- Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA*. Tese (Escola de Administração e Gestão de Empresas), FGV, São Paulo, 2014.
- FINGERMANN, Natalia Noschese. *Os mitos por trás do ProSAVANA*. In: IDEIAS, IESE, Maputo, 2013.
- FUNADA-CLASSEN, Sayaka. *Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann*. OMR, Maputo, 2013.
- MASA. *Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala em Moçambique (Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrário da Savana Tropical em Moçambique)*, Maputo, 2014.
- MOSCA, João & BRUNA, Natacha. *ProSAVANA: Discursos, práticas e realidades*. Documento de Trabalho, Observador Rural, OMR, 2015, Maputo.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A mundialização da agricultura brasileira*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de et al., (Orgs). *Território em conflito, terra e poder*, Editora Kelps, p. 17-103, Goiânia – Go, 2014.
- ORAM. *Sustentabilidade e coexistência pacífica no uso e aproveitamento da terra em Moçambique: os contornos do ProSAVANA*, Maputo, 2012.
- PESSÔA, Vera Lúcia Salazar e INOCÊNCIO, Maria Erlan. *O PRODECER (RE)VISITADO: As engrenagens da territorialização do capital no Cerrado*. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Goiânia, p. 1-22, 2014.
- PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. *O cerrado brasileiro e a savana africana no contexto das transformações no rural contemporâneo*. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João & MATTOS, Regina Célia (Orgs). *Desafios da metropolização do espaço*, Consequência editora, p. 443-457, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Roberto de Sousa. *Políticas Públicas e o agronegócio na Amazônia legal/cerrado: Conflitos socioterritoriais*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. et al., (orgs). *Território em conflito, terra e poder*, Editora Kelps, p. 171-226, Goiânia, 2014.

SCHLESINGER, Sergio. *Cooperação e investimentos do Brasil na África - O caso do ProSAVANA em Moçambique*. 1ª Edição, FASE, Moçambique, 2013.

UNAC. *Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSAVANA*. Nampula, 2012.